

A CIDADE DE OIAPOQUE E AS RELAÇÕES TRANSNACIONAIS NA FRONTEIRA AMAPÁ – GUIANA FRANCESA

*José Maria da Silva**

Resumo

O presente artigo desenvolve uma etnografia sobre a fronteira Amapá – Guiana Francesa, focalizando particularmente o processo de migração e constituição de relações sociais na cidade do Oiapoque. O trabalho mostra que, além de se tornar referência para brasileiros em busca de oportunidades, Oiapoque tem sido importante no processo de relações internacionais na fronteira, acionado principalmente pela presença de turistas franceses, nas transações comerciais entre guianenses e brasileiros, e pelas ações de cooperação entre os governos do Brasil e da França.

Palavras-chave: Fronteira, migração, intercâmbio, relações internacionais.

A fronteira do Cabo Norte

O foco deste trabalho é a cidade de Oiapoque, situada na fronteira com Saint-Georges, cidade da Guiana Francesa. Para não olhar a fronteira amapaense como um espaço isolado – como tem caracterizado os trabalhos sobre vilas, cidades e populações amazônicas –, torna-se relevante localizá-la no contexto histórico da região e na articulação

* Professor da Universidade Federal do Amapá.
E-mail: jmsilva@unifap.br

entre os espaços regional e global, sobretudo com referência às relações transnacionais.

A formação e a identificação de espaços geopolíticos, como os Estados nacionais e as grandes regiões no interior daqueles, colocam em evidência o problema das totalidades, ocultando as diversidades históricas, geográficas e socioculturais subjacentes a cada unidade. Este certamente é um dos problemas na construção do ideário de nação no Brasil.

Mesclando em sua origem ideologias aparentemente diferenciadas e às vezes contraditórias, como escravismo, liberalismo, romantismo e positivismo, o ideário de um Estado nacional passou a ser explorado no século XIX, forjando discussões sobre raça, clima, identidade nacional, migração, república, entre outras.¹ Tanto nas idéias quanto na ação política dominante, o desafio que se impunha ao país era a possibilidade de construção da nação, o que implicava a busca e ocupação de novas terras. É nesse contexto que podemos situar a ocupação da Amazônia, em sua parte brasileira, através da conquista de novos territórios, como foi o caso do Acre e do Amapá.

A história de lutas entre países centrais pela região fomentou ainda a necessidade de uma vigilância militar permanente, sendo efetivada no período colonial através da política de fortificação portuguesa (CASTRO, 1999) e atualmente por intermédio dos projetos de vigilância, como o projeto Sivam e o combate às drogas, viabilizados através das operações militares comandadas pelos Estados Unidos na região amazônica, principalmente na fronteira com a Colômbia.

A conquista e ocupação de áreas territoriais amazônicas tiveram início no período colonial, através das incursões de espanhóis, portugueses, franceses e holandeses. Segundo Gomes (1999, p. 12), enquanto nos séculos XVI e XVII a metrópole estava interessada no abastecimento de açúcar oriundo do Nordeste, viajantes e missionários aventuravam-se nos rincões da Amazônia, com o intuito de abrir novas fronteiras para o processo de colonização. Já na primeira metade do século passado, a Amazônia foi considerada uma fronteira a desbravar, isto é, um imenso vazio demográfico, estratégico para o país, em função das oportunidades econômicas, razão pela qual o governo deveria incentivar o seu povoamento. Aqui nascia a idéia de fronteira econômica (BECKER, 1990), que norteou a aventura do projeto do marechal Cândido Rondon, buscando a

integração da região ao restante do país, através do telégrafo e dos demais projetos que incentivaram a colonização da Amazônia (MACIEL, 1998) e, mais adiante, o povoamento da região.

O primeiro momento de delimitação da área que hoje constitui o espaço geográfico do Amapá se deu em 1632. Foi no século XIX, porém, que a disputa entre nações por domínios de terras na região foi levada a efeito com mais intensidade.

Após a independência do Brasil, o país passou a travar embates com a França por áreas na Amazônia, que, por sua vez, vinha sendo disputada desde os entendimentos entre Portugal e Espanha pela divisão territorial do Novo Mundo, gerando diversos tratados. Em 1834, a partir de incentivos do governo francês, estudos científicos foram realizados pela Sociedade de Geografia de Paris, com a finalidade de corroborar argumentos para contestar limites do tratado de Utrecht (DORATIOTO, 2003, p. 60-61). O que estava em jogo no embate político era a definição dos limites da fronteira da Guiana Francesa. A França entendia que sua colônia incorporava o Rio Amazonas, sendo os limites no Rio Araguari. Segundo Doratioto (2003, p. 62),

os partidários da expansão colonial clamavam pela ocupação do território contestado, enquanto comissões científicas francesas percorriam a Guiana, sendo insuflados pelas autoridades de Caiena para, em Paris, pressionarem para que o governo francês agisse firmemente em favor dessa expansão.

Nos séculos XVII e XVIII, as terras da região fizeram parte da divisão de capitânicas e foram entregues pelo governo português a Bento Parente, ocasião em que passaram a ser identificadas como Capitania do Cabo Norte. O limite era o Rio Vicente Pinzon, que mais tarde receberia o nome de Oiapoque. A região, na época, era habitada por grupos indígenas, sendo que o lugar que hoje é a cidade de Oiapoque foi habitado pela primeira vez no século XIX, por um mestiço denominado Emile Martinic, originando mais adiante o primeiro nome dado à cidade – “Martinica do Oiapoque”.

A cobiça por áreas territoriais na Amazônia já visava à época o domínio das navegações pelo Rio Amazonas, o que mostra que a disputa por terras nunca foi de forma desinteressada. A história dessa disputa

incorpora ainda o episódio de tentativa de fundação de uma outra colônia francesa em território amazônico (atualmente nos domínios do estado do Amapá), cujo local ficou conhecido como República de Cunani. Os limites entre o Brasil e a França, na fronteira do Cabo Norte, foram decididos somente em 1º de dezembro de 1900, com a decisão do Laudo Arbitral Suíço, conquista diplomática que elevou o nome do Barão do Rio Branco como um dos heróis do imaginário nacional brasileiro.

Caracterização geral do Oiapoque

A cidade de Oiapoque é a sede do município e está localizada no extremo norte do país, às margens do rio homônimo, que separa o estado do Amapá da Guiana Francesa. Do outro lado do rio, a dez minutos de barco, localiza-se a cidade de Saint-Georges – um pequeno vilarejo francês de forte presença militar.

Oiapoque é um dos dezesseis municípios que compõem o estado do Amapá. Foi criado em 23 de maio de 1945 e é constituído, além da sede, do distrito militar de Clevelândia do Norte, por Vila Velha do Cassiporé e Taperebá, além das terras indígenas Uaçá, Galibi e Juminá. Parte substantiva das terras do município é demarcada como área federal de preservação ambiental: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e o Parque Nacional do Cabo Orange.

Enquanto lugar de fronteira, Oiapoque é concebido historicamente pelo governo federal como um espaço de defesa militar. Por isso, a primeira iniciativa do governo, para implementar de um núcleo populacional na região, foi a formação de um destacamento do exército específico para a área. Em 1922 foi, então, criado o Centro Agrícola Cleveland, que depois passou a ser denominado Clevelândia do Norte. Nesse sentido, a idéia de fronteira forjada no Oiapoque está diretamente relacionada à defesa geopolítica do país, sob o comando do exército. À frente da cidade, um monumento reforça não só a idéia do limite fronteiro, mas também os contornos da nação. Em uma parte do monumento lê-se a expressão: “Aqui começa o Brasil”. Em outras partes, encontra-se a inscrição de trechos do *Hino Nacional* brasileiro. Como se não bastassem essas referências de nacionalidade, em outro lugar, não muito distante da obra que demarca os limites do país, há um outro monumento

em homenagem ao Barão do Rio Branco, erguido no ano 2000, como parte das comemorações do centenário do Laudo Arbitral Suíço.

A cidade de Oiapoque fica aproximadamente a 600 km de Macapá, capital do estado do Amapá. Distância esta percorrida por uma estrada constituída apenas de 200 km de asfalto, sendo o restante de chão batido e complementado por mais de cem pontes que permitem a travessia de rios e riachos ao longo da viagem. A estrada possui trechos estreitos e perigosos, principalmente no período das chuvas, quando diversos locais tornam-se intrafegáveis, em razão dos atoleiros. A distância da capital e o fato de todos os anos, no período em que as chuvas são intensas na região, o tráfego se tornar mais difícil criaram problemas práticos para a população local e um imaginário correspondente.

Dependente do abastecimento de produtos e bens do comércio de Macapá, a população local sofre as conseqüências de ter de conviver com os preços altos de mercadorias, sejam de produtos alimentícios, de medicamentos ou de bens utilitários. A dificuldade para obtenção de produtos de consumo e os preços altos são justificados pela distância da cidade de Oiapoque em relação à capital do estado. Essa distância implica o isolamento, o alijamento das políticas públicas e um certo abandono, como sugerem as críticas dos moradores às autoridades.

Oiapoque tem uma população de aproximadamente 30 mil habitantes, constituída, a partir do alto índice de imigração, por uma população indígena dispersa nas tribos e na área urbana da cidade e por uma pequena população nativa – os oiapoquenses. Na verdade, considerando o fato de haver constantemente um contingente populacional transitório em Oiapoque, o vínculo com o lugar e, portanto, a idéia de uma identidade com sentido de pertencimento à cidade têm suas variações. As pessoas referem-se a alguém como oiapoquense em duas situações: em primeiro lugar, estão os nascidos no município; em segundo, situam-se as pessoas que migraram e residem há pelo menos dez anos na cidade. Por outro lado, a população local também é formada por grupos indígenas, os quais mantêm os valores étnicos e históricos de cada grupo, mas em interação com a sociedade local. São quatro os grupos étnicos – Karipuna, Galiby Kalimã, Galiby Marworno e Palikur – distribuídos em 36 aldeias, cuja população tem estabelecido historicamente contatos e relações com a população regional (GALLOIS e GRUPIONI, 2003; TASSINARI, 2003). Dentre os exemplos de que os índios de Oiapoque

mantêm níveis de interação e diálogo com a sociedade local, pode-se citar a constância de casamentos entre brancos e índios, a assimilação de formas de religiosidade do universo cristão e a participação na política local, como bem exemplifica o caso do índio João Neves, que foi eleito e exerceu as funções de vereador e prefeito do município, sendo este último mandato no período de 1996 a 2000.

Os demais habitantes, principalmente os que chegaram recentemente à cidade (e os que ainda chegam), são vistos como alteridades – aventureiros em busca da sorte nos garimpos ou de passagem à procura de trabalho nas cidades de Caiena e Kourou, na Guiana Francesa.

A migração é um fenômeno constante em direção à região da fronteira. Todos os dias, ônibus, vans, caminhões e veículos menores partem da rodoviária de Macapá, passam por diversos municípios e seguem em direção à fronteira. Esses veículos são responsáveis pelo movimento não só de pessoas, mas também de mercadorias, gerando uma dinâmica própria de migração e um fluxo intermitente. São migrantes de todos os lugares do país, sendo um maior número oriundo de cidades do interior do Pará e de estados do Nordeste, principalmente Maranhão, Piauí e Ceará.

O movimento de brasileiros para Caiena e de guianenses para o Amapá data de longo tempo. Pelo menos desde a década de 1960, existem registros desse fluxo migratório. Os brasileiros – na sua maioria originários dos estados do Amapá e do Pará – sempre dirigiram-se à Guiana Francesa em busca de trabalho e na esperança de conseguir uma renda melhor numa moeda de maior valor no mercado – antes, o franco, atualmente o euro. O dinheiro adquirido é investido na cidade de origem no Brasil, conseguindo com isso maior valorização e, portanto, maior poder de compra. A expectativa das pessoas é ganhar dinheiro na Guiana para ajudar a família, adquirir algum bem (casa ou carro) ou “montar o próprio negócio”. Muitos desses migrantes ficam meses na cidade de Oiapoque, depois uns seguem para um novo destino, enquanto outros permanecem e passam a assimilar a identidade do lugar.

Arouck (2002) estudou o processo de migração dos brasileiros para a Guiana Francesa, enfocando aspectos econômicos e socioculturais desse fenômeno, o processo de adaptação e seus mecanismos de identidade em território francês. Porém, diferentemente de sua afirmação

– que os brasileiros sempre procuram trabalho na Guiana em época de crise –, pode-se dizer que os brasileiros aventuram-se como clandestinos, a qualquer momento e não apenas em período de crise do país, seja à procura de trabalho nas cidades guianenses, seja nos garimpos da região. Vão em busca de trabalho e da “sorte grande”, como se costuma ouvir em Macapá e em Oiapoque.

Em termos de infra-estrutura, o município de Oiapoque é constituído de uma rede de serviços públicos limitados nas áreas de saúde, educação, segurança e comunicação. A cidade possui representações de instituições federais (polícia federal, receita federal, Funai, Ibama, entre outras), estaduais (nas áreas de educação, saúde, segurança pública, assistência rural, meio ambiente e outras) e a estrutura própria do município. Contudo, boa parte desses órgãos não funciona adequadamente, de maneira que o atendimento ao público deixa sempre a desejar. Manifestações críticas de parte da população mostram que o serviço público no município é deficiente. O quadro que, ao longo dos anos, tem caracterizado a situação da fronteira é a seguinte: existe apenas um hospital público (vinculado ao governo do estado), que funciona de forma precária, apenas com um médico e falta constante de material;² o número de escolas é insuficiente, além de que algumas estão há tempos em reforma; existe apenas uma delegacia e número limitado de policiais, o que tem gerado constantes crises na segurança pública do município; tendo em vista o alto índice de violência.

As limitações de atendimento à população foram aumentando na medida em que foi crescendo o número de habitantes e, por conseguinte, as demandas por serviços. Além do crescimento da violência e da falta de vagas nas escolas, as ruas ficaram completamente deterioradas após as fortes chuvas do inverno, nos anos 2003 e 2004. Com a ampliação de problemas na educação, saúde, segurança e na urbanização da cidade, a população foi às ruas para protestar e exigir atenção das autoridades públicas. O movimento denominado “Oiapoque Reage” uniu professores, estudantes, comerciantes e a população em geral. Portando cartazes e faixas, a organização do movimento elaborou um documento e o encaminhou às autoridades do município, do estado e da União.

No bojo das críticas feitas às diferentes esferas do poder público, as pessoas que vivem em Oiapoque deixam evidente não só suas

impressões sobre a situação econômica e social da cidade, mas a percepção que fazem das esferas de governo. Com a consciência de que Oiapoque é um lugar de fronteira internacional, consideram que a responsabilidade maior com o desenvolvimento local é dos governos federal e estadual. A prefeitura é percebida apenas como prestadora de serviços imediatos, tais como coleta de lixo, limpeza urbana, gestão de questões de terras urbanas, entre outras obrigações. A questão fundamental, para eles, são problemas como o tráfico de drogas, a prostituição, a migração ilegal, as relações comerciais entre os dois países na fronteira, a urbanização da cidade, a saúde, a educação e a organização da cidade para recepção do turista. São aspectos que envolvem maiores investimentos financeiros e a presença dos governos federal e estadual.

Um aspecto relevante das relações sociais, no Oiapoque, diz respeito ao processo de organização de categorias representativas da sociedade civil local, principalmente de categorias ocupacionais. Segundo dados de algumas organizações, existem mais de quarenta entidades entre associações e sindicatos de categorias, sendo que as organizações de maior representatividade são as dos mototaxistas (motociclistas que conduzem passageiros) e dos catraieiros (pilotos de canoas movidas a motor, denominadas catraias, que fazem transporte de passageiros entre Oiapoque, Saint-Georges e outras localidades da fronteira). Essas organizações conquistaram espaço político e maior participação, com influência em decisões do poder público a partir de 1999, quando as entidades se agruparam em torno do Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (Fórum Delis). No que se refere à política local, a organização que se impõe com maior poder de influência é a Associação Comercial de Oiapoque. Os comerciantes, que também se identificam como empresários, são vistos pela população como uma categoria que possui dinheiro, prestígio e poder de influência na fronteira.

No início de 2005, duas mulheres – a comerciante Maria das Dores Lamarão e a professora Maria da Luz Maciel – lideraram o processo de criação de mais uma entidade da sociedade civil local, a Associação de Mulheres de Oiapoque. A criação da associação, segundo elas, deve-se à falta de oportunidade para as mulheres e o crescimento da prostituição na cidade, inclusive entre as adolescentes.

Aventura, trabalho e negócio na fronteira

Como afirmei anteriormente, a fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa transformou-se, nos últimos quinze anos, em uma área de intenso movimento de pessoas que se dirigem à cidade brasileira e à Guiana, na expectativa de conseguir dinheiro em grande quantidade e de forma rápida. Ou seja, Oiapoque e a região da fronteira passaram a ser vistos como o novo “El Dourado”. Dessa forma, a cidade passou a receber diariamente pessoas oriundas de diversos locais do país, principalmente do Pará e do Nordeste. Especificamente, pode-se afirmar que os migrantes viajam para a fronteira com o objetivo de buscar ouro em garimpos da região ou oportunidades de trabalhos nas cidades guianenses, bem como de realizar transações comerciais na cidade.

Por conseguinte, as principais atividades que movimentam os negócios na cidade são o ouro originário dos garimpos e as transações comerciais com os franceses. Na verdade, podemos dizer que estas são as atividades matrizes, das quais derivam grande parte do comércio e outras formas de negócios. São elas: 1- comércio de ouro e jóias; 2- comércio de máquinas e equipamentos para garimpo; 3- comércio de produtos alimentícios e bebidas; 4- comércio de eletrodomésticos e produtos importados; 5- comércio de combustíveis; e 6- negócios relacionados ao turismo. Outras atividades menores são ativadas pelo trânsito de pessoas na fronteira, tais como o transporte realizado pelas catraias e o câmbio paralelo realizado na rua, próximo ao local de desembarque de passageiros oriundos de Saint-Georges. Essa complexa rede de negócios movimenta minério e dinheiro em Oiapoque – o ouro, o euro e o real –, manipulados no dia-a-dia de forma hierárquica: o ouro e o euro são mais valorizados no mercado, por isso são mais cobiçados, enquanto o real serve como elemento de referência para ser utilizado nas transações locais, em razão da obrigatoriedade da moeda nacional. Na prática, a circulação do ouro e do euro é, em grande medida, responsável pela dinâmica do mercado local, inclusive elevando os preços das mercadorias.

De um modo geral, os produtos comercializados em Oiapoque são caros. E os valores são justificados pela distância dos centros de distribuição e influência da circulação do ouro e do euro. Há produtos em que os valores são definidos em euro (inclusive com os preços fixados

na mercadoria), em razão da circulação de clientes europeus e guianenses. A moeda européia incide diretamente sobre os negócios na fronteira, mas sua circulação em Oiapoque, somada a outros aspectos, indica um processo de internacionalização do pequeno mercado local, a começar pela nomeação de algumas casas comerciais e dos produtos que ali são vendidos. Lojas, hotéis, restaurantes e casas de câmbio recebem nomes a partir da relação da cidade com os clientes franceses (Hotel Paris, Casa Euro etc.). Ademais, nomes de produtos, avisos e frases à frente das casas comerciais são impressas normalmente em português e francês. Produtos oriundos da França – perfumes, máquinas fotográficas e principalmente CDs – são vendidos no comércio local. São comercializados também produtos importados adquiridos na área de livre comércio de Macapá, os quais, por sua vez, são oriundos do Canadá, Panamá e de países asiáticos, como Coréia e China.

O garimpo

Em sua maioria, as pessoas que partem em direção à cidade de Oiapoque lançam-se numa aventura à procura da “*sorte grande*”. Destino: garimpo ou trabalho em cidades francesas da fronteira. Objeto do desejo: o ouro ou o euro.

A idéia de aventura é definida pelos limites da trajetória, os percalços e o destino da viagem. Tanto o caminho para o garimpo quanto para conseguir um trabalho em Caiena e Kourou são trajetos difíceis e perigosos. Primeiro, porque as pessoas que buscam essas atividades tentam entrar na Guiana Francesa de forma ilegal e, por isso, são consideradas clandestinas. Assim sendo, são vigiadas e perseguidas pela polícia francesa da fronteira. Segundo, porque na condição de clandestinas lançam-se ao rio e à floresta, correndo todo tipo de perigo, pois viajam normalmente em pequenas embarcações, às vezes improvisadas e sem segurança, passando por trechos com incidência de pedras, correntezas, e próximo a Caiena navegam nas águas profundas e agitadas do oceano. Na maioria das vezes, essas viagens são feitas à noite ou na madrugada, o que aumenta o perigo.

A disputa, no período colonial, por terras na região do platô das Guianas e da Amazônia não se dava de forma isenta. Os relatos dos

viajantes e dos missionários que navegaram pela região naquele período, já indicavam a ocorrência de minérios, e estes passaram a ser fontes de atração desde o século XIX.

Os primeiros garimpos em território do Amapá, que atraíram migrantes, a partir da década de 1950, situavam-se nos municípios de Calçoene (região conhecida como Lourenço), Serra do Navio, Mazagão, Porto Grande e Oiapoque. Com o esgotamento das jazidas de ouro e, conseqüentemente, dos garimpos das regiões do Lourenço e do Oiapoque, atualmente as áreas mais cobiçadas pelos garimpeiros estão situadas na Guiana Francesa (nas cidades de Sikini e Camopi) e no Suriname.

Além da aventura da viagem, o trabalho no garimpo torna-se perigoso porque, por um lado, os locais são de difícil acesso e, por outro, envolve diversos riscos: possibilidades de desabamento, acidentes com equipamentos de trabalhos e doenças, principalmente a malária. Pessoas que trabalham ou que trabalharam em garimpos acumulam experiências e histórias dos perigos da atividade. Nos contatos com alguns ex-garimpeiros no Oiapoque, todos disseram que deixaram o garimpo por causa da malária e dos riscos de serem apanhados pela polícia. Miguel Souza, presidente da Associação Rural de Oiapoque, conta que abandonou o garimpo por ter sido acometido por malária diversas vezes, passando, então, a se dedicar à agricultura e ao comércio no município. Da mesma forma, o empresário Ronaldo Silva (conhecido na cidade como Rona) acumulou dinheiro na extração de ouro. Em dado momento, porém, desistiu do garimpo e investiu suas economias em um sítio à beira do Rio Oiapoque, transformando-o em uma pousada, principalmente para turistas franceses, e em uma improvisada fábrica de lanchas.

Apesar de seu aspecto de aventura, o garimpo tem na sua estrutura uma divisão social de trabalho, o que faz a diferença muitas das vezes no resultado final, entre os que obtêm lucro e aqueles que não conseguem ganhar dinheiro. Isto indica que a procura por ouro na região não é uma ação aleatória e sem qualquer tipo de planejamento. Todo garimpo é ativado por um sujeito que comanda a operação, investe recursos, se impõe como proprietário e assume a condição de patrão. Enquanto tal, ele é dono do maquinário, dos objetos e insumos para a viagem – utensílios de cozinha, o rancho (a alimentação), remédios, combustível, entre outros. Os trabalhadores que o acompanham na viagem são empregados e ganham de acordo com o resultado do trabalho. Nos

garimpos dessa região, segundo Maria das Dores, que acompanhou o marido diversas vezes na atividade, a equipe monta um acampamento com rede, mosquiteiro, rádio para comunicação com outros acampamentos e com cidades próximas, e televisor com antena parabólica. Diversos garimpeiros que atuam na fronteira de Oiapoque com a Guiana Francesa são comerciantes em Oiapoque. Por isso, parece clara que parte da crise vivenciada na cidade nos meses de maio e junho de 2004 – e que gerou manifestações de rua por parte da população –, além de fatores específicos e importantes na rotina da cidade, também estava relacionada à operação de destruição de garimpos e expulsão de garimpeiros realizada pela polícia francesa. Foi também uma reação de setores que estavam se sentindo prejudicados com a ação da polícia na fronteira.

Os riscos inerentes à aventura dos garimpeiros em busca do ouro na fronteira podem ser interpretados à luz da concepção de astúcia, desenvolvida por Adorno e Horkheimer (1995), a partir da análise que empreenderam sobre a trajetória de Ulisses como herói épico. Segundo eles, o recurso ao sacrifício, transformado em subjetividade, é a forma utilizada para a transformação da irracionalidade em racionalidade, visando ao domínio da natureza. Em outras palavras, a astúcia “é o desafio que se tornou racional” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 64). A análise dos frankfurtianos procura desnudar elementos da racionalidade capitalista presentes na transformação do mito em cálculo – “o solitário astucioso já é o *homo oeconomicus*”, afirmam os autores (p. 66). Os percalços e riscos da procura pelo ouro fazem da atividade garimpeira uma aventura comandada pela astúcia vivida de forma individual ou coletiva. As condições de acesso e o trabalho no garimpo fazem do garimpeiro um astucioso, de modo a instrumentalizar o sacrifício como meio para alcançar o seu objetivo.

O trabalho na Guiana

Historicamente os brasileiros são vistos como problema para o governo francês, principalmente para a polícia, mesmo que os governos admitam o estabelecimento de relações amistosas entre os dois países e busquem a formalização de acordos de cooperação. Nos últimos dez anos tem sido intensificada a relação entre o Amapá e a França, seja

com a colônia vizinha (Guiana Francesa), seja diretamente com a metrópole, como destacaremos mais adiante.

Não obstante os governos almejem relações sob a ação da diplomacia dos dois países, o intercâmbio e as relações vividas no dia-a-dia por brasileiros e franceses (incluindo nessa cidadania guianenses e metropolitanos³) são vistos de duas formas: 1- uma parcela de brasileiros é vista como mão-de-obra barata, utilizada principalmente na construção civil e em atividades domésticas (no caso, as mulheres); e 2- outra parte é associada a ações ilícitas, tais como garimpos, tráfico de drogas, roubos, vendedores de produtos do Brasil na Guiana, prostituição, entre outras. Por isso, constantemente, a polícia da Guiana Francesa, formada predominantemente por policiais oriundos da França, realiza ações de combate aos brasileiros clandestinos e a ações consideradas ilegais. Nas operações policiais, garimpeiros, traficantes e outras pessoas ilegais são apanhadas pela polícia e presas em Caiena e Saint-Georges, ou expulsas para o Brasil (enviadas para Macapá ou Belém). Em uma operação policial realizada em maio de 2004 foram presos e expulsos de Caiena cerca de duzentos brasileiros. Destes, 27 chegaram a Macapá, receberam ajuda do governo e retornaram aos estados de origem. Segundo informações de moradores de Oiapoque, há mais de duzentos brasileiros presos na Guiana Francesa.

Mesmo com a vigilância policial na entrada de Saint-Georges e nas estradas, ruas e praças de Caiena, os brasileiros conseguem entrar na Guiana, fixar moradia e trabalhar. Diversas formas são criadas para esse intento: desde tentativas de passagem pelo rio, obtenção de um tipo de visto – que os brasileiros chamam de visa, e que autoriza a permanência por um mês –, até articulações com amigos e parentes que vivem em uma das cidades. Muitos conseguem registro para residência permanente quando cumprem os desígnios da legislação francesa.

As pessoas que partem para trabalhar na Guiana fazem diversas tentativas de passagem sem serem vistos pelos policiais. Há um movimento normal de catraias e outras embarcações para Saint-Georges e Caiena. Porém, aqueles que tentam passar de forma clandestina saem normalmente à noite e na madrugada. O movimento de migrantes em um porto localizado no principal posto de combustíveis da cidade (Posto Oiapoque) é intenso antes do amanhecer, principalmente das equipes de garimpeiros. O curioso é que eles já conseguiram certa experiência nessa

empreitada, de forma que sabem os horários e os movimentos dos policiais franceses. Alguns afirmam que fizeram várias tentativas até conseguir passar. Enquanto aguardam o melhor momento, essas pessoas fazem algum trabalho no Oiapoque para pagar aluguel e comida.

Homens, mulheres e crianças brasileiras passaram pela experiência de morar e trabalhar na Guiana. Utilizando artifícios da situação ilegal e da licença prévia do visto, há os que retornam e aqueles que conseguem o documento que lhes permite a permanência em território francês. Em Macapá e no Oiapoque, muitas famílias construíram casas, montaram negócios ou adquiriram bens com o dinheiro conquistado do outro lado da fronteira. Os homens normalmente conseguem trabalho na construção civil como pedreiro, carpinteiro ou ajudante. Quem passou pela experiência afirma que vale a pena.

Valdeci Rocha da Costa nasceu no Maranhão e há mais de dez anos vive com a família em Macapá. Afirma que fez quatro viagens para Caiena e lá trabalhou como pedreiro. Ao mesmo tempo em que conseguiu dinheiro para construir parte da casa em que mora, diz que não pretende mais viajar: “É muito perigoso, porque a gente fica se escondendo o tempo todo da polícia”. Valdeci contou com a ajuda de um irmão, que mora em Caiena há 28 anos e que tem domicílio permanente na cidade. O irmão, além de acolhê-lo em sua casa, o levava para o trabalho todos os dias. Para não serem apanhados pela polícia, eles transitavam sempre nos horários em que os policiais não estavam trabalhando. Além da polícia, Valdeci afirma que os trabalhadores brasileiros ainda têm de enfrentar a oposição dos guianenses: “Os crioulos não gostam da gente lá, porque eles dizem que a gente toma o lugar deles. Mas eles não sabem fazer casa. Nós trabalhamos melhor do que eles, por isso a gente consegue trabalho lá”. Ele revela que existe uma competição entre brasileiros e os guianenses por oportunidades de trabalho e que os franceses são melhores para pagar.

A disputa entre brasileiros e guianenses sugere não só o problema da competição por mercado de trabalho, mas um campo perpassado por conflitos envolvendo questões sobre nação e raça. No plano da nacionalidade, a disputa por oportunidades de trabalho coloca não apenas trabalhadores em competição, mas também brasileiros e franceses guianenses, fazendo recair sobre os brasileiros a acusação de que estariam tomando o lugar dos trabalhadores locais. Outro fator relevante

na fala de Valdeci diz respeito à dualidade guianenses negros (ou crioulos) e franceses brancos, sendo estes avaliados como bons pagadores e aqueles de forma negativa. A avaliação negativa dos guianenses está marcada pela disputa por trabalho, mas não é só isso. Ao se posicionarem dessa maneira, os imigrantes brasileiros reproduzem os conflitos de relações raciais existentes na Guiana Francesa, os quais colocam *vis-à-vis* franceses e guianenses. Os conflitos estão vinculados ainda à relação histórica entre metrópole e colônia e às particularidades do poder metropolitano sobre a população local.

Outro aspecto relevante na intensa migração de brasileiros para os garimpos da fronteira ou para trabalhar na Guiana refere-se à expectativa de lucratividade, pois a circulação do ouro e do euro na região coloca em evidência a concepção de valor: valor do trabalho, valor dos objetos e valor do lucro. Trata-se de um processo de analogia entre o que se ganha com a moeda brasileira e o que o indivíduo consegue obter com o esforço de seu trabalho, na procura de ouro em garimpo, como mão-de-obra na Guiana ou nos negócios na cidade do Oiapoque. Um aspecto acentuado nas falas de indivíduos que passaram por essas experiências, e que ganharam algum dinheiro, é a correlação sobre o resultado do trabalho aqui e lá. Alexandre Marques, que trabalhou em Caiena como auxiliar de pedreiro, faz um paralelo:

A diária de um auxiliar de pedreiro aqui é R\$ 15,00, lá [Caiena] recebo R\$ 120,00 [40 euros]. [...] Dá até para agüentar o tratamento diferenciado dos guianenses. [...] Em Caiena a gente trabalha muito, mas tem dinheiro garantido no final do mês, diferentemente daqui, onde o suor não é recompensado; temos de sobreviver com o salário mínimo de R\$ 260,00.

Valdeci Rocha reforça a idéia de um ganho melhor na Guiana ao afirmar que um dia de trabalho vale muito e que passava três meses em Caiena, juntava dinheiro e voltava para investir em sua casa. A analogia incide não só no valor comparativo das moedas, pelo fato de o euro valer muito mais, mas recai também no valor do trabalho – o esforço de trabalhar o mês todo e ganhar o salário mínimo no Brasil. Em outras palavras, a experiência de viver na Guiana permite ao indivíduo fazer uma comparação sobre o valor do trabalho e o ganho de um trabalhador nos dois sistemas. Além do trabalho, muitos destacam ainda o fato de o

governo francês pagar um salário por criança, a cada família, e para os idosos, o que faz muitos brasileiros buscarem um meio de permanecer nas cidades guianenses.

As declarações mostram a percepção das pessoas sobre a fronteira como lugar de oportunidade de trabalho e de conquista de dinheiro, fato muito bem expresso em uma placa fixada na rua situada ao longo do cais da cidade do Oiapoque: “Sou brasileiro / sou garimpeiro / sou da anouro / meu trabalho vale ouro”.

Intercâmbio, turismo e prostituição

Mesmo com todo o esforço de disciplinamento das relações entre os dois povos na fronteira, não há como inibir totalmente o intercâmbio entre brasileiros e franceses (incluindo nessa categoria guianenses e metropolitanos), seja com deslocamentos para o lado brasileiro ou para as cidades da Guiana Francesa. É verdade que os dois governos idealizam o tipo de intercâmbio que desejam imprimir – uma relação formal, oficializada pela burocracia dos dois países e sob a vigilância da polícia. De fato, a modalidade oficial de intercâmbio e cooperação tem sido incentivada entre os governos do Amapá e da Guiana, especialmente nas áreas da educação, cultura, esportes, convenções, empresarial, militar, turismo e meio ambiente. Para exemplificar como se dão na prática essas relações, cito o acordo que proporcionou a implantação, em Macapá, de uma escola para o ensino da língua francesa – a Escola Danielle Mitterrand, localizada no centro de Macapá. Ainda na área da educação, há um acordo que prevê a visita de estudantes da Guiana ao Amapá, com a finalidade de conhecerem a experiência e metodologia de ensino das escolas agrícolas. Adiciona-se ainda o fato de que todos os anos são realizadas apresentações culturais de amapaenses na Guiana e de guianenses em Macapá e, às vezes, no Oiapoque, além da participação das duas unidades nacionais em salões de turismo e de artes, da realização de operações militares na fronteira, entre outras ações.

Na área militar, por exemplo, os dois governos estão realizando em conjunto uma ação denominada “Consolidação das capacidades operacionais dos serviços de segurança agindo em zona fronteiriça no

âmbito do combate ao crime organizado e grandes tráficos”.Essa operação militar tem por finalidade combater os garimpos ilegais (principalmente em território da Guiana), o tráfico internacional de armas e drogas, a fuga de divisas e a prostituição de menores de idade. Em 2004, as polícias do Amapá e da Guiana fizeram operações conjuntas (em maio e setembro), bem como reuniões de avaliação. A operação de setembro foi denominada “Anaconda”⁴ e utilizou um grande aparato policial do governo francês – quatro helicópteros, dois aviões, carros e duzentos soldados (*A Gazeta*, 21/5/2004, p. 1, caderno 2).

Um acordo firmado entre os governos do Brasil e da França, no dia 14 de julho de 2005, durante as comemorações da Queda da Bastilha, realizada em Paris, prevê a implantação do maior empreendimento da relação entre os dois países na fronteira Amapá–Guiana. Nessa data foi assinado o termo de cooperação para construção da ponte sobre o Rio Oiapoque, ligando as cidades de Oiapoque e Saint-Georges por via rodoviária. A construção da ponte há muito é comentada como fator positivo pela população do Oiapoque. A ligação entre os dois lados da fronteira é vista pelos dois países como forma de estreitamento das relações bilaterais, ampliando os laços de amizade entre os povos brasileiros e franceses. Contudo, é importante ressaltar que a obra tem sido muito mais valorizada pelos brasileiros, particularmente pelo governo do Amapá, do que propriamente pelas autoridades francesas.

Para as autoridades do Amapá, a ligação rodoviária com a Guiana é concebida como alternativa para tirar o Amapá do isolamento. Nesse sentido, a integração é vista como estratégia para criar oportunidades de ampliação do intercâmbio do Amapá com o mercado europeu, possibilitando assim uma via de escoamento dos produtos do estado e de outros locais do país para os países da América do Norte e da Europa. A expectativa do governo e de parte da população que tem interesse em viabilizar trabalho e negócios na Guiana é a de ampliar a integração, diminuindo as exigências atuais para a entrada de pessoas e de mercadorias brasileiras em Caiena e nas demais cidades da colônia francesa. Nos encontros entre os governantes do Amapá e da Guiana, os itens colocados em pauta pelo lado brasileiro são: a) instalação de um consulado francês no Amapá, visando facilitar problemas diplomáticos, principalmente de migração; b) abolição dos vistos de entrada para brasileiros em viagem para o exterior; c) eliminação de entrepostos de satélites nas

ligações telefônicas feitas entre as regiões, pois atualmente elas passam por cinco satélites para só então alcançarem o destino; d) criação de um *link* para chamadas entre Amapá e Guiana; e) instalação de uma agência do Banco do Brasil em Caiena; f) definição de tarifas especiais para produtos oriundos da área de livre comércio localizada nas cidades amapaenses de Macapá e Santana; g) regulamentação do trânsito de veículos nos dois territórios (*Diário do Amapá*, 22/5/2004, p. 8).

O intercâmbio maior nessa região é mesmo de pessoas, fazendo com que o espaço da fronteira seja um *locus* de convivência, aprendizado, trocas (não só de mercadorias, mas de valores culturais) e de conflitos.

Os brasileiros vêem os franceses como potenciais clientes para negócios, seja em território guianense ou brasileiro. E aqui estou falando não somente dos franceses que vivem na colônia, mas também os metropolitanos que viajam constantemente à região para conhecer a Guiana e Oiapoque. Dessa forma, nos últimos dez anos, Oiapoque passou a receber com maior frequência os franceses em seu território: os guianenses que se dirigem à cidade brasileira para fazer compras e os franceses da metrópole em viagem de turismo pela região.

Diariamente, os moradores das cidades de Saint-Georges e de Caiena atravessam o Rio Oiapoque para fazer compras no comércio do Oiapoque. Ainda que a legislação faça restrições à entrada de produtos estrangeiros, os guianenses aproveitam a valorização do euro em relação ao real para adquirir produtos alimentícios, bebidas, calçados e roupas com valores em real, o que lhes proporciona maior poder de compra, após a troca da moeda européia. A qualquer momento podem-se ver pessoas da Guiana chegando à cidade, trocando euro por real com os cambistas que ficam na rua ou nas lojas do comércio local. Alguns, além das compras, aproveitam para almoçar e beber nos bares e restaurantes da cidade.

O movimento de estrangeiros torna-se maior nos finais de semana – sexta, sábado e domingo – quando aparecem os turistas. Um sábado pela manhã, ao sair do hotel, fiquei perplexo com a quantidade de estrangeiros nas ruas da cidade de Oiapoque. Minha avaliação é a de que havia cerca de mil pessoas, entre os que vão à cidade apenas para fazer compras e os que estavam ali em viagem de turismo. Os turistas que visitam Oiapoque podem ser definidos em dois tipos: um é constituído fundamentalmente por homens, que se dirigem à cidade para se divertir

nos bares e boates; o outro é constituído por grupos de homens, mulheres e crianças, que visitam a região da fronteira em excursões turísticas. Estes viajam através das agências de Caiena que incluem roteiros na Guiana e no Brasil.

O que desperta o interesse dos franceses e dos europeus, de uma maneira geral, para conhecer a parte brasileira da fronteira é o fascínio que a Amazônia desperta atualmente no mundo. Essa curiosidade é cada vez maior em razão dos debates e de uma certa consciência planetária sobre as questões ambientais e sobre a importância atribuída à Amazônia (MENDES e SACHS, 1997; BECKER, 2004). A consciência ambiental, adicionada à saturação do ambiente urbano das grandes cidades, tem proporcionado uma corrida pelo “turismo verde”, mais conhecido por ecoturismo. Atentos a esse processo mundial, dois empresários do Oiapoque investiram em acomodações para turistas (*Diário do Amapá*, 16/4/2005, p. 1), levando em consideração a imagem que os europeus historicamente construíram sobre a Amazônia.⁵ O hotel, por exemplo, é todo ambientado com madeiras e assentos que sugerem rusticidade e exotismo. A pousada de Ronaldo Silva possui dormitórios próximos à floresta, restaurante, loja de artesanato regional e balneário. Além disso, ele realiza excursões para que os turistas conheçam o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, criado em agosto de 2002. Seus 3,8 milhões de hectares ainda são desconhecidos, tendo em vista a dificuldade de acesso, mas mesmo assim têm despertado a curiosidade dos europeus. É considerado o maior parque de floresta tropical do mundo.

O fluxo permanente de turistas e de hóspedes em trânsito faz com que um dos bons negócios em Oiapoque seja investir em hotéis e pousadas. São mais de sessenta, entre hotéis razoavelmente grandes para os padrões locais e pequenas pousadas improvisadas em quartos de casas. Até pouco tempo atrás, era difícil encontrar vaga em hotéis ou pousadas da cidade a partir de quinta-feira, quando o fluxo de guianenses e metropolitanos era maior. Reclama-se, em Oiapoque, que os turistas estão sumindo desde o ano passado, por causa das péssimas condições das ruas. Na avaliação das pessoas, o turismo é uma das principais fontes de dinheiro da cidade, razão pela qual o governo deve dar atenção à urbanização e criar atrativos turísticos.

Como lugar de fronteira, Oiapoque criou uma estrutura de serviços para pessoas em trânsito. Nesse sentido, além da população que faz de Oiapoque o seu lugar de viver, também torna-se abrigo para os que estão de passagem em busca de trabalho e de dinheiro, mas também para os que concebem Oiapoque como referência de lazer e de turismo. Estes, adicionados ao ouro do garimpo, impulsionaram na cidade uma outra modalidade de comércio: a prostituição.

O fenômeno da prostituição é visto por grande parte da população e autoridades como um problema sério na fronteira, principalmente na cidade de Oiapoque. É exercida principalmente por mulheres jovens, em sua maioria originárias de Macapá, de cidades do interior do Pará, como Itaituba, Marabá, Santarém e Altamira, e de outros estados. Na realidade, pode-se falar em um mercado da prostituição que possui duas formas de se viabilizar: uma forma empresarial – e, portanto, mediada – e outra direta, na relação entre as mulheres e seus clientes. O exercício empresarial é realizado pelas casas de prostituição, chamadas localmente de boates. Seus proprietários contratam mulheres jovens em outras cidades para fazer programas com clientes que transitam pela região (garimpeiros, turistas e outros). O exercício móvel se dá da seguinte forma: as mulheres de programa movimentam-se pela região em busca de clientes, seja nas cidades francesas, principalmente em Caiena e Kourou, nos garimpos ou em Oiapoque. Ou seja, elas vão ao encontro do cliente, passam um período com ele – algumas horas, um dia ou meses – e retornam às suas residências. Os hotéis da cidade servem de referência para muitos encontros que se realizam a meio caminho e para os programas de diversão dos turistas nos finais de semana.

Em Oiapoque existe uma única praça para lazer dos moradores e visitantes, constituída por campo de futebol, quadra e calçada, onde funcionam lanchonetes e bares. Normalmente, à noite, as pessoas vão à praça para passear, jogar futebol, fazer um lanche ou beber. Um aspecto importante do lazer nessa praça é o fato de as lanchonetes e bares oferecerem entretenimento aos seus clientes com a utilização de vídeos (DVDs) de música internacional, principalmente os ritmos originários da Guiana Francesa e do Caribe, tais como cassicó, zouk, ragga e reggae, além de dance music e rap.

Na praça, parece haver uma convivência da pluralidade representativa do ambiente urbano que atualmente caracteriza Oiapoque, onde

todos transitam e se divertem livremente – moradores de Oiapoque (crianças, jovens e adultos), guianenses, turistas franceses e de outros lugares, visitantes de outras cidades em serviço e mulheres de programa. Isto não significa dizer que não haja questionamentos e conflitos. Presume-se apenas que o espaço da praça, ao congregar as diferenças, parece não assimilar os mecanismos de exclusão e de segregação, que tanto caracterizam os espaços públicos das cidades, qualquer que seja a dimensão do contexto urbano.

Embora essa convivência seja possível, algumas instituições públicas e organizações da sociedade civil têm manifestado preocupação com o fenômeno da prostituição na cidade de Oiapoque. Atendendo reivindicações (e pressões nos bastidores) de moradores e de alguns segmentos organizados, no dia 21 de janeiro de 2005, um juiz determinou a derrubada de várias barracas nas imediações da praça, onde funcionavam bares e lanchonetes de forma improvisada. A justificativa para a ação incidiu em questões de higiene pública e no descumprimento do código de postura do município, tendo em vista que as lanchonetes e bares estavam sobre as calçadas. No momento em que o trator derrubava as barracas, um carro da vigilância sanitária acompanhava a ação – um indício de que a ideologia do sanitarismo contribuía para a remoção dos bares e lanchonetes que foram retirados. Além disso, outros bares e casas de mulheres de programa também foram fechados. Essa ação evidencia bem o desafio e a situação contraditória do desenvolvimento de pequenas cidades que têm abrangência internacional.

Oiapoque como lugar de fronteira

Diversos autores têm abordado o tema da globalização, enfatizando as características desse fenômeno, tais como a aceleração da comunicação, a formação de conglomerados econômicos, a desarticulação do Estado-nação, enquanto unidade política autocentrada, e as relações entre o sistema mundial e os contextos locais (ROBERTSON, 1994; WALLERSTEIN, 1994; DIRLIK, 1996; COSTA, 1997). Além do panorama mundial e dos aspectos conceituais, o tema da globalização catalisa a atenção de pesquisadores em estudos e análises, enfocando as transformações da sociabilidade, da circulação da cultura e das formas de

articulação de identidade de forma diferente do padrão de exclusividade derivada de contextos étnicos e nacionais (CANCLINI, 1996, 2003). Mesmo com a percepção de articulação entre valores globais e locais, os estudos têm-se concentrado nas metrópoles e nos grandes centros urbanos, onde a conectividade com o sistema mundial é amplo, acelerado e cada vez mais crescente. Cabe ressaltar, porém, que tem ficado ausente dessas análises as pequenas cidades como é o caso de Oiapoque.

Como pude demonstrar aqui, a fronteira Amapá-Guiana Francesa caracteriza-se pelo movimento contínuo de pessoas, objetos e mercadorias. Em meio a esse movimento, a cidade de Oiapoque situa-se como um lugar de trânsito, o espaço de passagem – de garimpeiros, de homens em busca de trabalho na Guiana, de comerciantes, de turistas, de pessoas em compras e de mulheres de programa. Trata-se de um espaço urbano que estabelece uma dinâmica própria a partir dos referenciais que formam a história do lugar – população indígena, os que vivem na cidade e os que chegam e aos poucos vão constituindo parte de suas histórias de vida na fronteira, e assim vão (re)definindo valores de identidade na conjugação entre elementos antigos e novos. São, portanto, valores que permitem falar não de uma identidade em Oiapoque ou oiapoqueense. São identidades complexas e sempre em mutação, tendo em vista a dinâmica própria dessa sociedade. Esse processo que conjuga o próprio e o externo – características do fenômeno da alta modernidade e do processo de globalização – “permite a redefinição do senso de pertencimento e de identidade” na contemporaneidade (CANCLINI, 1996, p. 28).

Como lugar que estabelece relações entre o que permanece e o transitório, Oiapoque afirma-se como lugar de referência para os que ali vivem e para os que procuram a cidade como espaço de passagem e, portanto, mediador para os visitantes. Dessa forma, a cidade situa-se a meio caminho para os que estão à procura de trabalho nos garimpos ou nas cidades da Guiana Francesa e como *locus* de visita e divertimento dos turistas. Nesse particular, apresenta-se como lugar típico do fenômeno da globalização, na medida em que uma de suas características fundamentais é a velocidade e o caráter efêmero das experiências e dos encontros. Contudo, dos encontros passageiros podemos extrair a capacidade singular de uma sociedade que se abre às diferenças e que permite as trocas de valores culturais. É o caso dos encontros de migrantes dos estados do Norte e do Nordeste e destes com os turistas guianenses e

européus. É o exemplo da convivência na praça, que é freqüentada pela população e por visitantes em passagem pela cidade, mesmo sabendo que por ali transitam as jovens mulheres de programas, em busca de clientes. Em um outro nível, o do consumo de produtos culturais, o intercâmbio e a troca fazem parte do processo de assimilação e incorporação de ritmos musicais da região, com influência mútua. Enquanto os brasileiros incorporam em seu lazer as músicas da moda nas cidades guianenses, os turistas franceses e de outros países, por sua vez, conhecem (e às vezes adquirem discos) os ritmos que conformam o divertimento local com sentido de regionalidade – brega, tecnobrega, calypso e forró. Isto permite a mistura de valores e do alargamento de experiências que possibilitam redefinições de valores identitários e uma nova compreensão do local perante o contexto transnacional com o qual se relaciona.

Se, por um lado, a cidade de Oiapoque se afirma na fronteira como um espaço de relações transitórias e efêmeras, por outro, sua possibilidade de se impor como um lugar importante para o estado e o país é, contraditoriamente, a de apresentar-se como um território estratégico na ampliação das relações com a Guiana e com o mercado internacional. Em outras palavras, o potencial de problemas para a fronteira é, ao mesmo tempo, sua força motriz para se tornar um centro urbano capaz de mediar as relações regionais, nacionais e internacionais que se apresentam no cotidiano.

OIAPOQUE CITY AND THE TRANSNATIONAL RELATIONSHIPS IN THE FRONTIER AMAPÁ-FRENCH GUIANA

Abstract

The present article develops an ethnographic research on the migration process in the frontier of Brazil and French Guyana, focusing the social relationships in the city of Oiapoque. This city means a reference for Brazilian workers in search of opportunities and at the same time, it is important in the international relationships of the frontier above quoted. There are commercial business between Brazilians and the Frenchs beyond the cooperation actions promoted by Brazilian and French governments.

Key words: Frontier, migration, international relationships, interchange.

Notas

1. Sobre o assunto ver Carvalho (1992 e) e Seyferth (1996).
2. A falta de médico no hospital local gerou nova crise recente na saúde do município, após a morte de uma mulher no momento do parto. A repercussão negativa do caso na imprensa local forçou o governo do estado a enviar semanalmente médicos, em forma de rodízio, de Macapá, para atendimento à população de Oiapoque.
3. Há um significativo contingente populacional na Guiana Francesa, constituído por pessoas designadas pelo governo central da França para trabalhar nas cidades da colônia. As relações entre a população nativa e os metropolitanos não são pacíficas e harmoniosas. Diariamente existem manifestações de conflitos entre eles, que remetem a questões de raça, classe e poder.
4. Referência ao nome de um filme americano que aborda a aventura de traficantes, na Amazônia, que foram mortos por uma gigantesca cobra. Na verdade, trata-se de um filme com abordagem de imagens estereotipadas da natureza amazônica.
5. A Amazônia tem sido historicamente objeto de especulação em representações que ora a definem como o éden, ora como lugar selvagem ou o “inferno verde” perigoso (GONDIM, 1994). A essas representações somam-se nos dias de hoje imagens que denotam o exotismo, valorizadas principalmente pelo turismo e pelas políticas de desenvolvimento sustentável (SILVA, 2001).

Referências

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- AROUCK, Ronaldo de Camargo. *Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construções de alteridades*. Belém: NAEA/UFPA, 2002.
- BECKER, Bertha K. *Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990. (Série Princípios).
- _____. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- _____. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. Nação imaginária: memória, mitos e heróis. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 396-418.

CASTRO, Adler Homero F. de. O fecho do império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flavio dos S. (Org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Ed. UFPA, 1999. p. 129-193.

COSTA, Francisco Luiz. A globalização e a crise dos estados nacionais. In: DOWBOR, Ladislau et al. (Orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 102-108.

DIRLIK, Arif. The global in the local. In: WILSON, Rob; DISSANAYAKE, Wimal. *Global local: cultural production and the transnational imaginary*. Durham: Duke University Press, 1996.

DORATIOTO, Francisco Fernando M. Rio Branco e a consolidação da Amazônia brasileira: a questão do Amapá. In: *Rio Branco e a questão da fronteira com a Guiana Francesa*. Brasília: Senado Federal, 2003. p. 51-77.

GALLOIS, Dominique T.; GRUPIONI, Denise F. *Povos indígenas no Amapá e norte do Pará*. Belém: IEPE, 2003.

GOMES, Flávio dos Santos. Descobertas & experiências. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Ed. UFPA, 1999. p. 11-16.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

LIMA, Eli Napoleão de. O exótico nas narrativas sobre a Amazônia. In: SANTOS, Raimundo et al. (Orgs.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 61-74.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon"*. São Paulo: EDUC, 1998.

MENDES, Armando; SACHS, Ignacy. A inserção da Amazônia no mundo. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. *Faces do trópico úmido*. Belém: Cejup; UFPA/NAEA, 1997. p. 133-146.

ROBERTSON, Roland. Mapeamento da condição global: globalização como conceito central. In: FEATHERSTONE, Mike (Org.). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 23-39.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo

V. (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996. p. 41-58.

SILVA, José Maria. *O espetáculo do Boi-Bumbá: folclore, turismo e as múltiplas alteridades em Parintins*. 2001. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

TASSINARI, Antonella M. I. *No bom da festa: o processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá*. São Paulo: Edusp, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. A cultura como campo de batalha ideológico do sistema mundial moderno. In: FEATHERSTONE, Mike (Org.). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 41-67.

WILLIAMS, E. *From Columbus to Castro: the history of the Caribbean, 1492-1969*. New York: Harper and Row, 1970.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 50.